

As intersecções do poder na religião neopentecostal: uma trajetória feminina incomum

Claudirene Bandini*

Resumo: Como as organizações religiosas não estão isentas da reprodução de desigualdades sociais, o presente texto evidencia que as mulheres podem conquistar suas parcelas de poder ao construírem cunhas na supremacia masculina. Através da análise de trajetória de uma representante política da Igreja Universal do Reino de Deus, o estudo apresenta a articulação entre as teias de (re)produção de poder e dominação de gênero no campo religioso, além de evidenciar como uma mulher que alça espaços de poder passa a ser produtora do caos, pelo simples fato de buscar autonomia e questionar os estereótipos femininos consolidados pelos princípios sociais e cristãos.

Palavras-chave: poder, religião, gênero

Abstract: As religious organizations are not exempted from the reproduction of social inequalities, this paper shows that women can achieve their power by building plot wedges in male supremacy. By analyzing the trajectory of a politics representative of the Universal Church of the Kingdom of God, the study shows a link between the webs of (re) production of power and gender domination in the religious field, and show how a woman who handle power spaces becomes producer of the chaos, by the simple fact of seeking autonomy and challenge the stereotypes consolidated by social and Christian principles.

Keywords: power, religion, gender

* Socióloga e pós-doutoranda em Ciências da Religião (PUC/SP). Pesquisadora no NEREP (UFSCar/CNPq); TRAMA (UFSCar/CNPq) e GREPO (PUCSP/CNPq). E-mail: claubandini@gmail.com.

Considerações iniciais sobre poder, gênero e religião

"O poder é um termo polissêmico", afirma Michelle Perrot¹.

"[...] no singular, ele tem a conotação política e designa basicamente a figura central do Estado que, comumente, se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela".

Alguns estudos de gênero e religião, inclusive este, se ocupam com a identificação dos *poderes* femininos porque buscam superar a visão generalizante e essencialista da opressão e submissão das mulheres ao patriarcado. Como perspectiva analítica, o gênero proporciona releituras e aponta a necessidade de revisões das bases do pensamento científico seja às questões de ordem epistemológica seja de empiria. As teorias de gênero propõem uma reconstrução do conhecimento que tem se apresentado como produtor de ideologias legitimando subordinações como de raça/etnia, classe, gênero e idade. Suas críticas estão voltadas, especialmente, ao combate dos produtores da racionalização (patriarcado e cartesianismo) que consolidam a estrutura patriarcal e a *mística feminina*. Sendo assim, o gênero tem sido estudado em diferentes áreas do conhecimento, por meio de uma proposta metodológica na qual a esfera privada se constitui na esfera política em que as diversas formas de poder vão se constituindo e passam atuar em diferentes formas nos espaços sociais².

A filósofa Robin Schott em sua belíssima obra, "Eros e os processos cognitivos"³, apresenta historicamente que a união entre a filosofia e o cristianismo produziu a mais profunda relação de poder: a repressão da sexualidade. O cristianismo ao condenar a sexualidade ao mundo do pecado e a filosofia suprimir o erotismo da existência, ambos consolidaram o sistema patriarcal que acaba por normatizar e dominar os corpos, tornando-os dóceis. Desta forma, ao longo da história, o cristianismo construiu uma teologia condenatória das mulheres que reforça e, até legitima a dominação masculina. O pensamento dos maiores teólogos do cristianismo, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, reforçava a superioridade do

¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres, prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988. p.167.

² LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

³ SCHOTT, R. *Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

homem em relação à mulher. Assim, vemos como é complexa a esfera do simbólico quando o relacionamos poder e violência religiosa⁴.

Neste estudo, baseio-me na perspectiva de gênero desenvolvido por Joan W. Scott⁵, para quem o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado que não está diretamente determinado por ele. Para ela, uma pesquisa de gênero busca vias de análises críticas, autocríticas e contextualizadas dos sujeitos e organizações a fim de descobrir a natureza de suas inter-relações. Em suma, sua proposição estabelece quatro elementos substantivos envolvidos no gênero: símbolos culturais, conceitos normativos, instituições sociais e subjetividade. Portanto, as organizações religiosas não estão isentas da reprodução de desigualdades, pois através de seus discursos, doutrinas e regras elas também produzem e reforçam relações de poder que constroem, disciplinam, escondem, negociam e resistem identidades. Ou seja, a tradição cristã ocidental não somente produz e reproduz a hierarquia dos sexos, como sacraliza os papéis socialmente construídos para os homens e mulheres⁶. Neste sentido, Pierre Bourdieu contribui em nossos estudos porque seu argumento é que os papéis atribuídos aos homens e mulheres têm raízes na dicotomia da qual o processo de socialização se apoderou para criar diferenças entre gêneros (o *habitus*). Para ele, na luta simbólica é que a dominação masculina tem sido reproduzida, estabelecendo distribuições de poder, controle diferencial sobre os recursos materiais e simbólicos, até o ponto em que a violência simbólica acaba por produzir, em suas próprias vítimas, a reprodução da estrutura⁷.

Seguindo esta perspectiva, o pentecostalismo brasileiro também foi desenvolvido numa matriz em que as mulheres foram excluídas dos espaços de poder da igreja. Contudo, é possível identificar que, nas últimas décadas, os conflitos no interior de algumas igrejas de matriz pentecostal têm surgido em função dos questionamentos das mulheres à manutenção

⁴ Não trabalho com o conceito weberiano de dominação porque, de acordo com a análise feminista, o processo de dominação só pode se estabelecer numa relação social. Portanto, existem os dominadores que e os/as dominado/as. Os dominadores não visam eliminar os/as dominados/as, pelo contrário, os/as preservam para continuarem dominando. A dominação presume subordinação e só pode ocorrer no mínimo entre dois sujeitos atuantes. O esquema de dominação patriarcal, a capacidade socialmente legitimada de comandar, estabelece quem são seus subordinados e, embora cooperem neste processo, também solapam suas bases. O conceito weberiano da dominação distingue-a do conceito de poder porque enquanto a dominação conta com a aquiescência dos dominados, o poder dispensa-a, podendo mesmo ser exercido contra a vontade dos subordinados. SAFFIOTI, Heleieth Iara B.; Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Serie Estudos e Ensaio*. Ciências Sociais. FLACSO, junho 2009. p.21.

⁵ SCOTT, Joan. W. El Género: una categoría útil para el análisis histórico. In: *História y Género: las mujeres en le Europa modern y contemporánea*. Ed. Amely-Nash. Alfonso, Valence.1990.

⁶ SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a igreja*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009. p. 53.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

do poder masculino e também à falta de oportunidade para o desenvolvimento de suas autonomias e intervenções nas relações de poder⁸.

Afinal, de que poder estou falando?

Os estudos de gênero não podem ser resumidos somente à análise sobre homens dominando mulheres. Uma análise de gênero demanda inflexão do pensamento. Heleieth Saffioti sempre defendeu que gênero não é unicamente uma categoria analítica e histórica e, sim uma inflexão do pensamento. Neste sentido, uma grande contribuição das primeiras feministas ditas radicais foi revisitar categorias analíticas sob a perspectiva de gênero, pois a maior parte dos pensadores clássicos não deu atenção às relações de gênero e, sendo assim, acabaram por obscurecer pontos fundamentais de manutenção da desigualdade.

Neste sentido, Maria Sylvia de Carvalho Franco⁹ chama a atenção para os equívocos analíticos resultantes do mau uso dos constructos weberianos. Para ela, os tipos ideais weberianos não são adequados às análises de outras realidades distintas daquelas em foram originalmente formulados porque o tipo ideal foi construído de maneira a atá-lo à especificidade do contexto social no qual teve sua gênese. O vínculo do constructo mental com a realidade é resumido pelo próprio Weber como uma representação pragmática, elaborada segundo a intuição e a compreensão, da natureza específica destas relações, de acordo com um tipo ideal.

A concepção weberiana¹⁰ de poder não se ajusta aos trabalhos feministas porque por se referir a um esquema puramente de dominação e não e de dominação-exploração. Em Weber o “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”. Seu conceito de dominação pressupõe obediência a um mandato legítimo, seja do ponto de vista da tradição, razão ou carisma, além de ser um esquema de dominação bastante centrado na família. Na concepção weberiana, o patriarcalismo consiste num esquema de dominação em que a situação é fundamentalmente econômica e familiar. Deste modo, a dominação é exercida, normalmente, por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias e fixas. Contudo, o patriarcado também se inscreveria na esfera política mesmo tendo sua origem no seio de uma comunidade doméstica. Assim sendo, é grande o

⁸ BANDINI, Claudirene. *Costurando certo por linhas tortas: práticas femininas em igrejas pentecostais*. Salvador: Editora Pontocom, 2014. Série Acadêmica, 6.

⁹ FRANCO, Maria Sylvia C. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos CERU*, nº 5. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. USP, 1972. pp. 9-41.

¹⁰ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, UNB, 1991.

peso da esfera doméstica no conceito weberiano do típico-ideal. Uma vez que o termo patriarcado redefinido “seria um dos esquemas de dominação-exploração. Componente de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo”¹¹. Portanto, ao conceber o patriarcado como um esquema de dominação/exploração se exclui a concepção weberiana de poder.

Outro conceito de poder não adequado ao estudo de gênero é o marxista. Este conceito está, extremamente, vinculado à classe social e ao exercício de sua missão histórica. Heleieth Saffioti advoga que não foram tão-somente as feministas radicais que contestaram a abordagem dos papéis sociais femininos. Juliet Mitchell, já em 1966, publicava artigo, ancorada em uma leitura althusseriana de Marx, atribuindo distintos relevos às diferentes funções das mulheres. Considerava imprescindível, para a liberação das mulheres, uma profunda mudança de todas as estruturas das quais elas participam, e uma “*unité de rupture*”, ou seja, a descoberta, pelo movimento revolucionário, do elo mais fraco na combinação¹².

Sheila Rowbotham em seu texto, “Caro Dr. Marx. Carta de uma feminista socialista”, ela apresenta a relação da teoria e a práxis no movimento feminista e, deixa nas entrelinhas, que enquanto os homens escreviam as mulheres escreviam, lutavam, e criavam seus filhos. Vale a citação seguinte:

Eu teria lido o senhor [referindo-se à Marx] e o senhor Engel em Paris, em 1848, se eu não estivesse correndo das barricadas para o escritório de Voix des Femmes e depois para os clubes de mulheres. Depois do horror dos dias de junho, trabalhei tanto em nossa casa e creche associada que li muito pouco além dos jornais de mulheres que continuávamos a lançar. O senhor provavelmente conhece as circunstâncias que me obrigaram a fugir da França em 1850, depois que a polícia nos encontrou na casa de Mme Deroin no final de maio. Ela e Pauline Roland foram levadas, para serem julgadas, junto com Femme Nicaud, e presas por sua participação na federação das associações¹³.

As feministas das décadas entre 1960 até 1980 rejeitaram o foco exclusivo do marxismo na economia política e incluíram outros eixos como formas de abrigar as injustiças. Elas ampliaram o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também as hierarquias de status e assimetrias do poder político. Elas

¹¹ SAFFIOTI, Heleieth Y. B. Rearticulando gênero e classe social. In: **Uma Questão de Gênero**. (Orgas) COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina. Rosa dos Tempos. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.pp.195.

¹² Juliet MITCHELL (1966) apud Heleieth SAFFIOTI; 2009, p. 30.

¹³ A autora dessa carta imaginária, Annette Devereux, é uma personagem fictícia, bem como seu marido, Victor, tipógrafo Cartista, e M. e Mme.Ducrocq. Todos os outros personagens mencionados, no entanto, são figuras históricas e a informação sobre eles é apresentada, na ordem em que aparecem no final da carta. O argumento e as demandas feitas, os eventos políticos descritos, as revistas e a Falange Fourierista em Wisconsin são todas baseadas na realidade histórica. ROWBOTHAM, Sheila. Caro Dr. Marx. Carta de uma feminista socialista. *Cadernos Pagú*. N. 32. UNICAMP, jan/jun 2009. p. 159-182

desvendaram injustiças localizadas na família, nas tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. Politizaram ‘o pessoal’ e passaram a focar, não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade. Ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres¹⁴.

“A primeira divisão do trabalho é aquela existente entre homem e a mulher para a procriação. [...] A primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento conjugal e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”¹⁵.

Em meus estudos adoto a categoria de poder que unifica três ordens de classificação social: gênero, de raça/etnia e classe social, porém alguns estudos de gênero insistem em separá-las e/ou sobrepor o gênero à totalidade. Meu caminho não é este, pois compartilho da concepção de Heleieth Saffioti em que:

A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. A subalternidade não significa ausência absoluta de poder, e sim, doses tremendamente desiguais. As mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia. As mulheres, portanto, não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também a mercê da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo do poder tout-court¹⁶.

Portanto, a perspectiva é que o poder não é fixo, ou seja, ele também pode seguir na direção da igualdade ou da desigualdade entre as categorias de sexo. O conceito mais adequado aos estudos de gênero é o foucaultiano porque é aquele que trata das relações sociais reguladas por trocas desiguais constituídas pelo discurso em diferentes campos de força. Se, "onde há poder, há resistência, pois ambos estão presentes em toda a rede de poder", então, o poder não pode ser concebido como algo fixo. Ele circula independentemente da vontade do sujeito por intermédio de diferentes dispositivos que podem ser identificados nas condições que determinam a ação e as trajetórias individuais e sociais. Esta concepção permite a análise do fenômeno tanto no plano macro quanto no micro, uma vez que, os espaços de poder das mulheres se inscrevem muito mais no plano micro, através das cunhas e das resistências cotidianas, que no plano macro, terreno da dominação-exploração. Contudo, cabe mencionar que críticas também apontam para a definição de Foucault argumentando que

¹⁴ FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

¹⁵SAFFIOTI, Op.Cit. 1992. p.193

¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A Mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Ed.Vozes. Petrópolis, 1979. p.184

ele nunca elaborou um projeto de transformação da sociedade. Afinal, quem trabalha com gênero via perspectiva feminista, contesta a exploração-dominância masculina e, conseqüentemente, estrutura de alguma forma estratégias de luta para a construção de uma sociedade igualitária.

Enfim, enfatizo que a noção de poder tem seu potencial de ser democraticamente partilhado entre homens e mulheres e também pode gerar liberdade e igualdade mesmo no campo das religiões. Contudo, a análise sobre as relações de poder no campo religioso exige verificar se há evidências convincentes para isso. Ademais, também é imperativo averiguar as formas de empoderamento das mulheres subordinadas ao tradicionalismo religioso.

Assim pode-se avaliar a complexidade das relações existentes no interior do campo religioso; desvendar os laços ambíguos e contraditórios das mulheres às religiões e destas às mulheres, no interior das organizações religiosas [as religiões são] como espaços sociais complexos, portadores de contradições, que não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras. Dadas certas circunstâncias, elas podem funcionar como forças mobilizadoras, levando as mulheres a resistir ao seu poder disciplinador¹⁷.

Disponer de alternativas pressupõe saberes a respeito de si próprio e dos outros enquanto sujeitos que partilham e disputam o poder. Neste sentido, a análise de trajetória de uma seguidora na Igreja Universal do Reino (IURD) elucida que a necessidade e gosto pela conquista financeira e pelas diferentes formas de poder não são inerentes ao gênero. Também ilustra que, nem sempre, são as mulheres que compõem a harmonia na unidade doméstica e entre os membros da família. Mara¹⁸, como tantas mulheres que alçam para os espaços de poder, passou a ser ‘produtora do caos’, pelo simples fato de buscar autonomia, afinal seus projetos geram ruptura de estereótipos femininos consolidados por princípios sociais e cristãos.

Poder e gênero na Igreja Universal

Atualmente, os pentecostais e neopentecostais somam mais 42 milhões e 60% desse total é pentecostal, por sua vez, o grupo que mais cresce no Brasil. As igrejas Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor e Maranata, juntas reúnem mais de três quartos dos pentecostais brasileiros, sendo o restante disperso em uma constelação de pequenas igrejas. A IURD, nos anos 1990, apresentou um forte crescimento ao passar de 269 mil fiéis, em 1991, para 2,1

¹⁷ ROSADO NUNES, Maria José F. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu* (16) 2001: p. 79-96. pp.86.

¹⁸ Nome fictício.

milhões, em 2000, um aumento de 1,8 milhões de adeptos. Desta feita, ela se transformou num símbolo dos movimentos religiosos no Brasil. Entretanto, os dados do último Censo despontam uma reversão da história de sucesso da IURD, uma vez que, entre 2000 e 2010 ela perdeu cerca de 230 mil seguidores, embora continue importante no campo religioso brasileiro e do mundo¹⁹.

Os pentecostais e neopentecostais são os grupos religiosos que apresentam maior participação de mulheres em suas igrejas. Para algumas pesquisadoras, essa disparidade de gênero influenciaria nas decisões dos rumos tomados pelas instituições religiosas. A tabela seguinte apresenta as dez maiores igrejas evangélicas do Brasil segundo gênero.

TABELA: As dez maiores igrejas evangélicas do Brasil, segundo homens e mulheres.

	IGREJA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1°	Assembleia de Deus	5 586 520	6 727 891	12.314.410
2°	Igreja Evangélica Batista	1 605 823	2 118 029	3 723 853
3°	Congregação Cristã do Brasil	1 060 218	1 060 218	2 289 634
4°	Igreja Universal do Reino de Deus	756 203	1 117 040	1 873 243
5°	Igreja do Evangelho Quadrangular	774 696	1 033 693	1 808 389
6°	Igreja Evangélica Adventista	704 376	856 695	1 561 071
7°	Igreja Evangélica Luterana	482 382	517 116	999 498
8°	Igreja Evangélica Presbiteriana	405 424	515 785	921 209
9°	Igreja Deus é Amor	365 250	480 133	845 383
10°	Igreja Maranata	156 185	199 835	356 021

Fonte: IBGE. Censo 2010²⁰.

A análise de trajetórias femininas possibilita verificar como o universo simbólico da religião ordena e atribui significado aos *acontecimentos* do ciclo de vida, segundo a diferenciação de gênero, numa teia de produção e reprodução de poder e dominação de gênero. Também evidência o campo de possibilidades que as mulheres percorrem a fim de realizar seus sonhos e desejos. Portanto, o envelhecimento das categorias sociais (gênero, raça/etnia, classe, geração) também envolve a religião e as suas práticas cotidianas.

¹⁹JACOB, Cesar Romero. Religião e território no Brasil:1991/2010 [recurso eletrônico] Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez. Ed. PUC. Rio de Janeiro, 2013. p.8 Disponível em:http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_religiao_e_territorio_no_brasil_1991-2010.pdf

²⁰Fonte: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab_1_4.pdf

A IURD tem o público majoritariamente feminino e suas práticas estão divididas entre o modelo tradicional (funções auxiliares que reproduzem o modelo feminino) e o modelo moderno (mulheres na mídia e na política). Nesta segunda categoria que se encontra a trajetória de Mara.

As mulheres próximas à hierarquia (obreiras, pastoras auxiliares e esposas de líderes) também têm sido convocadas a integrar novos espaços de poder nas igrejas através de tarefas administrativas, edição e redação de jornais e revistas e, até mesmo, de representação política da denominação. Tais aberturas podem parecer no primeiro olhar uma democratização do espaço religioso, mas basta um olhar mais crítico sobre os dados para ver os fatores de motivação da liderança. Uma delas vincula-se à preocupação da cúpula de não se afastar das transformações sociais mais amplas que influenciam diretamente sobre as identidades femininas ali inseridas.

Neste sentido, a trajetória feminina seguinte pertence a uma seguidora iurdiana que subverteu as convenções sociais por provar *que todo mundo é capaz de agir e de ocupar espaços ditos masculinos*. Mara ampliou seu *campo de possibilidades*, estruturou seu próprio tempo e recursos disponíveis em seu nível micro, ou seja, nas práticas cotidianas, e assim pôde construir outras identidades e ocupar novos espaços sociais.

Mara, uma trajetória incomum

Mara²¹ nasceu em Ilhéus, no Estado da Bahia. Seu pai trabalhava na roça plantando arroz, feijão e criando gado enquanto sua mãe administrava o armazém na cidade onde vendia os produtos de sua roça. Seus pais migraram para a Capital de São Paulo quando ela tinha 12 anos de idade, pois seu irmão havia migrado anos antes e quando conseguiu emprego e moradia trouxe o restante da família. Seu pai foi trabalhar como zelador de prédio na Avenida São João e neste mesmo prédio a família pôde morar. Na parte térrea do prédio havia uma banca de jornal e nesta banca Mara iniciou seu itinerário profissional.

Eu fui procurar emprego de meia soquete ainda, mas eu queria trabalhar para ajudar meus pais. [...] o meu sonho era comprar uma casa própria para os meus pais, sabe? Eu tinha 13 anos e um dia eu desci e fui comprar um jornal, *Diário Popular*. Eu insisti tanto para que os meus pais me deixassem trabalhar. Como todo nordestino, eles tinham um pouco de receio de uma pessoa fazer mal para uma menor e ficar por isso mesmo... Eu ouvia muito dessas histórias e eles ficavam com medo de que acontecesse isso comigo.

²¹ A entrevista pertence à minha pesquisa de doutoramento (2009) e foi realizada na Assembléia Legislativa de São Paulo no gabinete da deputada. Com a autorização da entrevistada, toda a narrativa foi gravada e transcrita. Mara exerceu somente um mandato.

Mara trabalhou por pouco tempo na banca e, logo em seguida, começou a trabalhar num laboratório de pomada, onde realizava todas as atividades necessárias. Durante esta experiência profissional, Mara percebeu que gostava de trabalhar no escritório e, aos catorze anos, conseguiu emprego em um escritório onde preenchia fichas cadastrais de empresas que adquiriam caixas registradoras.

Lá eu vi que eu não ia progredir porque era uma empresa americana. Eu vi que entre aquela diretoria era sempre gente amiga, um trazendo o outro, e disse: **não, também não vou ficar aqui.**

Aos quinze anos, Mara conseguiu trabalho em outro escritório que prestava serviços nas áreas de contabilidade, advocacia e auditoria. A diretoria do escritório era composta por nove sócios com os quais Mara mantinha contato diário. Por conta dessa atividade, Mara cursou o Ensino Técnico Profissional em Contabilidade, pois havia tomado a decisão de que *“deveria assumir mais responsabilidades e, para isso, deveria estar mais qualificada”*. Quando Mara completou dezesseis anos, resolveu, em suas palavras *“fazer um voo mais alto”* e decidiu participar de um teste numa empresa inglesa de grande porte em São Paulo na mesma área de trabalho. Embora a empresa não pudesse contratar funcionários menores de idade, foi aberta uma exceção à Mara em virtude de seu resultado do teste, muito acima da média de seus concorrentes.

30

Era o dobro do salário e eu sempre quis vãos altos de salário porque meu objetivo era comprar a casa para meu pai e minha mãe porque veja só o que meu pai fez para nossa vinda pra São Paulo: ele vendeu a nossa roça, o pequeno comércio que ele tinha e a casa que nós morávamos, mas as coisas não eram tão valorizadas. Então, chegando aqui ele comprou um terreno e roupas e o dinheiro acabou. Nós chegamos numa época de muito frio e nós não tínhamos roupas, lá não usava. Então, o dinheiro acabou. Por isso, o meu sonho era comprar uma casa e essa empresa era número um na cidade e até hoje é reconhecida. Mas escuta o que aconteceu. Quando eu cheguei para dar a notícia no escritório que eu trabalhava que eu ia sair, você não sabe o que aconteceu para minha surpresa. Eles disseram: nós queremos que você seja uma sócia nossa. Com o intuito de me segurar no trabalho, eles disseram, *“Quanto que a Price vai lhe pagar?”*. Eles bancaram o salário que era o dobro que eu estava ganhando e a proposta de ser sócia.

Por ser menor de idade, um dos sócios conversou com o pai de Mara para que ele a emancipasse por meio de Escritura Pública.

Meu pai coitado, nordestino, não estava entendendo nada...[risos] Ele disse: *“Como emancipar? Eu vou deixar de ser o pai dela?”*[risos]. Não, o senhor só vai dar uma autorização para que ela possa entrar na sociedade do escritório. Ele ficou muito relutante, mas minha mãe sempre foi mais comerciante. Minha mãe, por saber que eu ia ganhar mais por participar da empresa, convenceu meu pai. Fui ao tabelião, lavei a escritura e entrei na sociedade.

Aos dezessete anos de idade, Mara havia finalizado o ensino médio e passou a dirigir a seção de contabilidade formada por trinta e dois funcionários. *“Sempre me coloquei numa postura bem profissional. Nunca gostei de dar ‘margem’(...)”*. Mara seguiu seu itinerário profissional neste escritório até o momento em que dos nove sócios permanecesse somente ela

e mais um deles. Ela economizava em tudo o que podia para realizar o sonho de comprar uma casa para seus pais. Um dos exemplos de sua economia era o de só comprar sapato novo, quando o outro estivesse gasto e furado. Mesmo assim, quando isso acontecia, ela recortava em formato de sapato um pedaço de papelão utilizava-o como palmilha. Assim, o mesmo sapato era usado por mais algum tempo. Com esta e muitas outras atitudes de economia, ia juntando seu dinheiro. Aos dezenove anos, ela já havia comprado um terreno e construído nele quatro pequenas casas. Para seus pais ela construiu um sobrado com moradia na parte de cima e um comércio na parte de baixo para ambos trabalharem.

Eu falo que é a força da pessoa porque ninguém me ensinou, ninguém me orientou, ninguém me disse, “olha este é o caminho ou aquele. **Ninguém. Eu era extremamente determinada em tudo.** A minha determinação era tão grande que eu coloquei um anúncio no [jornal] *Estado de São Paulo* procurando contador. Apareceu um rapaz de trinta anos que colocou na ficha dele: solteiro, formado em contabilidade, vindo de uma cidadezinha de Minas. Ele fez o teste e eu determinei: este vai ser meu marido. Sete meses depois eu estava casada com ele.

Aos dezoito anos, Mara cruza sua trajetória com seu marido. No ano seguinte, adquire mais um papel social, a maternidade. Com dezenove anos, mãe de uma menina, sócia do escritório de auditoria, Mara continua a realizar seus *projetos* e decide cursar Direito na Universidade de São Paulo.

Eu trabalhava e estudava muito. Não faltava às aulas. Era difícil, mas não faltava. Eu fui a formanda mais jovem da minha turma (...). Quando me casei...veja...eu era patroa do meu marido, ai meu Deus, eu vou te contar mais tarde... mas veja, quando nasceu minha filha eu fui morar perto de Mamãe numa casinha de fundo só para ela olhar minha filha. Eu tinha empregada, mas não confiava de deixá-la sozinha (...) e eu não queria parar de estudar e nem de trabalhar. Quando me formei, eu já estava advogando.

Enquanto Mara seguia seu itinerário profissional e educacional, seu marido permaneceu como seu funcionário. Com o propósito de transformar esse quadro, abriu outro escritório e nomeou seu marido como diretor, pois seu sócio já estava aposentado e optou por trabalhar poucas vezes por semana. “*Meu sócio não simpatizava muito com ele porque achava que eu era determinada, decidida e trabalhadora e que ele era um pouco devagar*”. Mara cedeu uma ‘cartela’ de clientes para o marido começar a trabalhar. Afastou-se a fim de que ele exercesse mais autonomia e individualização profissional. Porém, após um breve afastamento Mara retorna ao escritório para visitá-lo e se depara com a seguinte situação: “*ele não tinha dinheiro nem para pagar o telefone*”. Então, Mara reconhece que o marido não conseguia independência e solicitou que seu sócio o empregasse em seu escritório, mas neste momento a trajetória conjugal estava tornando-se cada vez mais difícil de ser construída. Mara relata que neste período, após o curso superior, ela começou a ficar cada vez mais doente.

Eu sentia uma dor muito forte no coração [...] Esse mal-estar ficou um tempo. Aquela mulher determinada que eu era começou a sumir. Comecei a ficar mais medrosa. Foi uma fase muito difícil, mas como eu não estava firme na igreja, daí que eu comecei a encarar a igreja como uma necessidade. Eu estava com 25 anos, estava trabalhando muito, tinha comprado meu próprio apartamento, tinha carro, sempre prosperando, mas eu estava sempre com medo. Comecei a gastar dinheiro com médico [...] **sabe que eu cheguei pedir até a morte.**

Mara era filha de família católica, mas não praticava nenhuma religião. Durante esta fase em que se encontrava deprimida, uma amiga a convidou para conhecer a IURD.

Eu fui entendendo a Palavra de Deus porque não é o pastor que cura é a sua fé no Ser Superior. Eu fui lendo mais a Bíblia e fui procurando o entendimento. Isso foi em 1983. Um dia, fui para a igreja e o pastor que me atendeu disse que o meu problema era espiritual. Ele começou a me dar trabalho da igreja. Ele sabia que eu era advogada, pediu para eu trabalhar para a igreja, mas eu já tinha meu escritório e levei o trabalho para lá. O meu marido não ia para a igreja, só me levava para os médicos. Eu fui voltando a ser o que eu era, mas meu marido não aceitava Jesus.

Mara, até o momento do casamento, nunca havia se submetido à forma de opressão nem de pai, chefe ou marido. Ela não aceitava conviver com esse tipo de situação no trabalho e não esperava ter que conviver no casamento. Portanto, ela resistiu enquanto pôde, privadamente, à degradação psicológica que o espaço do casamento estava forçando-a a se submeter. Manter seus próprios valores e sonhos se tornou cada vez mais difícil até encontrar o apoio emocional na igreja, pois neste espaço ela fortaleceu sua autoestima para enfrentar o conflito conjugal cujo problema nem ela mesma não admitia que existisse. Mara estava imersa numa relação de discrepância em relação aos *projetos* estabelecidos entre ela e seu marido, isto é, o projeto individual e o conjugal. Sua prática cotidiana de resistência e acomodação aos papéis sociais atribuídos ao gênero feminino e masculino fez com que Mara procurasse o sagrado a fim de se perceber e de se sentir uma ‘pessoa especial’. Foi no espaço da igreja que Mara fortaleceu suas identidades e reorientou sua trajetória social. Neste sentido, Mara afirma que seu principal motivo para se converter ao neopentecostalismo foi a experiência de uma crise conjugal.

Meu marido desde o início se sentia inferiorizado, **mas ele não lutava, não fazia nada para crescer, entendeu?** Eu o ajudava a estudar, comprava caderno, caneta, lápis, borracha deixava tudo para ele, **mas nada.** Eu também queria que ele estudasse porque do jeito que eu progredi **eu também queria que ele progredisse... mas não ia.** Ele não aceitou a minha evolução no trabalho, como profissional, como mulher. Eu era muito crítica, sabe. Eu já tinha visto isso antes, mas como eu trabalhava muito e era muito dedicada ao trabalho, eu superava. [pausa] Mas, um dia... ele chegou em casa, num sábado a noite, eu estava lendo a bíblia no quarto da minha filha e ele disse: “Olha, você escolhe ou sua igreja ou eu”. O meu Senhor Jesus, você quer dizer? Ele disse: “É”. Então, na mesma hora eu fui ao quarto peguei uma mala e coloquei a roupa dele todinha. Cheguei no *hall* e disse: Olha, eu já fiz a minha escolha. Vou ficar com o meu Senhor Jesus, mas busque um Deus porque assim como me encontrei você também pode se encontrar. Não precisa ser na Universal, pode ser outra qualquer porque a igreja não quer dizer nada. O importante é a sua fé. Então, ele me disse: “O meu Deus é o Diabo”. Sabe que estas palavras me

doeram mais que a separação? Botei as coisas dele no elevador, era meia noite, e eu estava determinada.

Fica evidente neste retrato biográfico que o espaço do casamento é um espaço de negociação de identidades femininas e masculinas. Embora este estudo não apresente a trajetória do marido, a narrativa de Mara sugere a existência do conflito vivido pelo marido em relação a sua construção da masculinidade: o homem enquanto o mais forte e racional na relação conjugal. O marido também deveria, segundo as convenções sociais, corresponder aos atributos masculinos, um deles seria adquirir maior discernimento na esfera do trabalho, mas esta tarefa era executada pela esposa. O ex-marido de Mara entendia que suas tarefas deveriam estar relacionadas ao sustento da família e ao controle sobre sua mulher. Porém, essa relação não foi possível porque a assimetria da relação de gênero já estava dada. A expectativa de redefinir as relações de gênero é maior quando o casal converte junto, pois ambos estarão sob a mesma doutrina e, juntos, podem (re)elaborar suas identidades e experiências vividas. A tolerância, a compreensão e a negociação do espaço conjugal serão desafios enfrentados juntos mediante o discurso operante e a comunidade participante. O próprio batismo seria considerado um processo de purificação para os cônjuges e o início de um novo relacionamento baseado num sistema simbólico que ordenaria e julgaria seus pensamentos e suas condutas.

Mara afirma que já havia pensado em se separar do marido antes, mas faltou coragem. Somente “*quando ele falou essas palavras eu me encorajei e tomei essa atitude*”. Após o divórcio, sua segunda filha que estava com sete anos de idade dizia para a sua mãe procurar um namorado num programa de televisão porque o seu pai não era marido de sua mãe. A filha mais velha, de dezoito anos, dizia que Mara estava “*se anulando como mulher*”. Durante este período, Mara levava para casa vários processos judiciais para estudar nos finais de semana. Sua rotina de trabalho encerrava-se somente nas madrugadas.

Eu estava com uns trinta e poucos anos quando ele foi embora e foi um parto a fórceps a separação porque eu era casada em comunhão de bens e a briga dele era por bens. Então, eu dei os bens que ele queria e ele foi embora [...]. Ele levou o que ele queria: carro zerinho, som e mais três imóveis grandes que ele queria.

Os trabalhos de Mara junto à IURD estavam cada vez mais intensos. Por volta do ano de 1986, o Bispo Paulo Guimarães convidou-a para viajar até o Rio de Janeiro a fim de conhecer pessoalmente o fundador da Universal, Edir Macedo. Nesta visita, Macedo disse que gostaria que Mara fosse advogada da igreja e que ela mudasse para o Rio de Janeiro para dirigir toda a contabilidade da instituição e, não somente a contabilidade local, como estava realizando até o momento. Como ela não aceitou o convite de deslocamento para o Rio de Janeiro, por ter sua família e seu trabalho em São Paulo, Edir Macedo decidiu encaminhar

toda a contabilidade da igreja para seu escritório em São Paulo. Mara passou a ser responsável por toda a parte contábil e patrimonial da Igreja Universal até que, em 1991, Macedo adquiriu a Rede Record de televisão e a convidou para ser a Diretora Administrativa Financeira da emissora.

Fomos acertando, fazendo os cálculos todos e quando começaram aqueles ataques fortes, ele me chamou e disse: “Dona Mara, eu gostaria que a senhora montasse um jurídico forte pra me defender porque os ataques são muito fortes e sérios”. Era briga com a Rede Globo porque a Record tinha potencial para crescer. Aí eu deixei meu cargo. Então, procuramos um prédio e montamos um escritório jurídico. Eu abandonei tudo e fiquei só com isso. Meu sócio ficou muito chateado, ficou sem falar comigo durante três anos porque eu era a pessoa que ele confiava, mas eu disse: eu vou porque é um desafio pra mim, eu nunca tinha trabalhado em televisão, e eu gosto de desafio e fui.

Junto ao Bispo Edir Macedo, Mara escolheu o novo prédio administrativo da igreja onde estariam concentrados os setores de contabilidade, jurídico, auditoria e as rádios da Igreja.

Começamos a luta porque a perseguição era muito grande sobre ele e nenhum jurista queria julgar a causa porque a mídia estava em cima. [...] Foi uma fase extremamente difícil até que eu cheguei um dia e aconselhei o Bispo [Edir Macedo] que saísse do país que fosse morar fora pra gente ter a possibilidade de fazer o processo dele andar **porque não andava**. Além daqueles processos que existiam, todo dia aparecia um. Eu trabalhava dia e noite. Para você ter uma idéia, eu coloquei uma babá direto para a minha filha mais nova. Se tinha febre, viajava assim mesmo, se tinha um problema lá em Recife eu ia assim mesmo... e hoje ela diz para mim: “mamãe eu não me lembro da senhora [pausa] na figura de mãe na minha infância” [pausa] porque eu era do trabalho, do trabalho e do trabalho. Aquele período, do primeiro ano, segundo ano, terceiro ano que a criança está engatinhando **ela não me via**, ela só tinha a vovó.(...) minha filha tinha oito anos [pausa] **eu queria dar uma condição de vida para ela melhor, né?** Ela tinha tudo no prédio: natação, inglês, escola (...) mas, ela ficava o tempo todo na janela para ver se avó vinha. A lembrança dela é a avó [pausa e prende a emoção]. Já a mais velha eu dava uma assistência melhor.

Mara foi conquistando cada vez mais poder numa área caracterizada como *espaço de poder masculino*²². Convertida, mas não portadora da resignação e da passividade, características comuns entre as seguidoras da IURD, Mara continuou a construir sua trajetória social baseada numa visão de mundo cuja esfera pública e privada se juntam e se combatem: mulher/homem; reprodução/produção e moralidade/necessidade.

Na Rede Record eu era a única mulher entre quarenta homens. As mulheres que estavam abaixo eram quase que impedidas por eles de conversar comigo. Eu acho que já era porque eu pensava assim. Eu era muito perseguida nas reuniões e eles tentavam me diminuir **o tempo todo**. Eu era discriminada **o tempo todo** porque o homem não quer perder o cargo para uma mulher. Há uma parte cultural que temos que superar **até de uma mulher sobre outra mulher**. As mulheres têm que se entender, unirem para ajudar uma à outra, é preciso vencer esta barreira. Ela tem que ter seu espaço e ter uma amiga, como o homem é amigo de outro homem. Juntas é uma força diferente.

²² Michelle PERROT, Op. Cit. 1988; p.167.

A trajetória de Mara elucida que a necessidade e o gosto pela conquista financeira e pelas diferentes formas de poder não são inerentes ao gênero, visto que, nem sempre são as mulheres que compõem a harmonia na unidade doméstica e entre os membros da família. Mara, como tantas outras mulheres, em alguns momentos da vida, passa a ser considerada produtora do caos por buscar autonomia e poderes, já que seus *projetos* acabam gerando ruptura de estereótipos femininos baseados em princípios sociais e cristãos.

Ao descrever a trajetória, identidades, práticas e memórias de mulheres pentecostais, como Mara, o estudo acaba reconstruindo suas histórias, dinamiza sua mobilidade social, usos e costumes; todavia, sem estruturar o cotidiano na fixidez dos espaços e papéis sociais de gênero. A trajetória social de Mara não é analisada sob a ótica de categorias fixas e não conflitantes; ao contrário, a dinâmica social e as transformações de identidades permeiam todas as relações de gênero estabelecidas ao longo da vida. A trajetória de Mara ilustra mulheres em ação, em processo de reelaboração de projetos, de reorientação de trajetória, de inovação de práticas e de resistências. Afinal, elas são sujeitos dotados de vida e de capacidade de movimentar sua própria história.

Mara narra que freqüentou espaços nos quais poucas mulheres tinham voz e, por conta disso, necessitou desenvolver estratégias de resistência e acomodação para atingir seus objetivos. “*Eu fui aprendendo a me impor, mas eu fui perceber a discriminação no dia-a-dia*”. Mara relata que, em várias situações, as pessoas aparentavam querer ajudá-la, mas ao longo do tempo, concluía que “*elas queriam era tirar proveito*”, como reação ela se “*fazia de desentendida para aprender*”. Tais situações foram mais comuns no espaço profissional da Rede Record no qual era a única mulher numa diretoria constituída, predominantemente, por homens.

Eu era sozinha, não tinha uma colega mais velha que me orientasse na profissão. Eu entrei com a cara e a coragem. E foi difícil porque eu atuava mais no administrativo e não no criminal e era diferente porque os **processos do Bispo eram tremendos**. Ele teve dezoito pedidos de prisão preventiva e eu tive que me virar. Para convencê-lo a ir embora eu tive que dar um exemplo porque ele dizia: “Eu não matei, não roubei”. Eu disse: “Bispo, eu vou dar um exemplo para o senhor. Além de nenhum juiz querer julgar os processos que estão ficando acumulados já estão surgindo outros. Se o senhor estiver andando na calçada e escorregar numa casca de banana eles vão dizer que foi proposital, **não tinha clima**. Então ele viajou e foi bom porque ele abriu trabalho lá enquanto aqui estava em polvorosa porque os inimigos eram os setores mais fortes: era a Rede Globo, a Igreja Católica que estava vendo o crescimento da Universal (...). Surgia Problema aqui e em outros Estados e, eu tinha que deixar minha filha muito sozinha. [relata o fato de ter conseguido chegar de uma viagem 15 minutos antes da meia-noite no dia 31 de dezembro e ter encontrado as filhas sozinhas em casa chorando] E se você perguntar, “você se arrepende?”. Não. Aí, você pergunta assim: “Valeu a pena?” Eu não vou dizer que foi bom porque quando você cria seu filho ele vai ter seu jeito de ser, ter seu perfil [pausa] elas

sempre foram criadas pela avó... ou por empregadas... mas foi uma opção que eu fiz e fomos tocando a vida.

A partir desta experiência de trabalho junto à cúpula da IURD e, especialmente, junto ao Edir Macedo surge o convite para sua participação na esfera da política.

Eu estava na catedral tomando meu cafezinho e chega o Bispo Macedo que falou pra mim: “Dona Mara, meus processos estão todos arquivados...” Aí eu já disse, mas isso não quer dizer que não surjam outros processos. Ele disse: “Mas eu quero você na política. Você é uma mulher determinada e a gente precisa de uma pessoa assim”. Eu nunca pensei nisto. Aí, eu falei, tá bom Bispo. Aí ele falou: “Você quer estadual ou federal?” Já que o senhor está pedindo para eu escolher, eu vou como estadual. Aí entramos na luta.

A IURD não assume uma agenda de política feminista por eleger uma deputada federal e uma estadual no estado de São Paulo. O sistema de autoridade predominante nesta denominação gera conseqüências que impedem o avanço da cidadania feminina no seu interior. A tradição patriarcal engessa a relação na qual a autoridade é totalmente masculina impedindo a ampliação das atividades religiosas às mulheres da igreja.

A presença de uma mulher na igreja com capital cultural como de Mara foi uma oportunidade para que a igreja se diferenciasse das demais frente às relações de gênero. Mara é uma das vozes de mulheres que refletem sobre sua trajetória e sobre os desafios de atuar nos espaços do trabalho, da família, da igreja e da política.

Embora a IURD tenha se destacado na esfera televisiva e na política, ela não desenvolve em seu cotidiano uma socialização das informações e reflexões sobre mulheres e poder. Seja durante os cultos, reuniões seja nas conversas informais não há difusão de experiências femininas na política ou algum tipo de sensibilização para a participação delas. Todo o trabalho de campanha eleitoral de Mara foi subsidiado pela igreja através de eventos regionais, confecção e distribuição de material de campanha da candidata; pois o objetivo era definir estratégias de ampliação da representatividade da igreja e, não especialmente, na ampliação da presença feminina em posições de poder político.

Eu era desconhecida pelo povo da igreja. Durante a candidatura é que eu apareci. Hoje eu não escolho o lugar, vou e falo em todo lugar, principalmente para os mais idosos e mulheres. Esses são meus alvos. Acabo até tendo conflito com a igreja porque para ela a mulher tem que ser submissa quase pisada porque é o **homem que pode, é o homem que tem valor** e eu acho que isso é discriminação. Os salários, por exemplo, a mulher exerce a mesma função do homem, mas ela não tem salário. Eu falo, tá errado isso, **é uma maldade**. Mas...eu não vou brigar com a pessoa, eu quero que ela mesma veja. Mas, a própria mulher cria também o preconceito. Ela aceita isso, mas ela aceita porque ela foi moldada, foi instruída para ser assim, para servir. Ela é igual ao homem tem que ter sua própria vida. Mas...olha, se você está procurando mais mulheres como eu na igreja, desista, porque você não vai conseguir não. A não ser que você não tenha pressa porque se você tiver pressa de encontrar mulheres... eu estou na igreja há 22 anos e sempre foi assim. **Não muda**.

A concepção de Mara é que a *“mulher também precisa ser valorizada”* e que uma das tarefas dos parlamentares é criar oportunidades para que as mulheres tenham sua cidadania

garantida, espaços nos quais elas reconheçam seus talentos e compartilham suas experiências de trabalhar dentro e fora de casa. “*Eu acho que o homem não pode jogar tudo para a mulher, ele tem que compartilhar as tarefas da família, trabalhar lado-a-lado*”. Quando foi convidada para lançar a ‘pedra fundamental’ da Universidade de São Paulo na zona leste de São Paulo, Mara aproveitou a oportunidade para discursar sobre o direito das mulheres de estudar, independente de sua condição social e de sua idade.

Mara apresentou projetos e discursou no Plenário sobre gravidez na adolescência e as conseqüências que recaem sobre as jovens; sobre a obrigatoriedade de campanhas de exame ginecológico e atendimento gratuito; sobre a violência doméstica e a necessidade de capacitação mesmo nas Delegacias da Mulher. Seu trabalho parlamentar foi focado em “*não aceitar nenhum tipo de discriminação seja contra as mulheres seja de religião, raça ou idade*”. Sob essa perspectiva, na primeira semana de trabalho na ALESP, Mara solicitou que mudassem seu timbre nos envelopes e nas portas do gabinete de Deputado para Deputada, pois diz: “*Eu sou mulher e quero ser tratada como mulher*”. No primeiro semestre do mandato, a Deputada formou a Comissão Especial de Mulheres na Política com a participação de nove mulheres, porém não houve união entre elas e Mara diz ter se cansado de tentar dar andamento à Comissão, pois “*o conceito de que a mulher não pode fazer isto ou aquilo ainda é muito forte neste meio*”.

Na Record eu era sozinha. A discriminação era geral e todos eles queriam me derrubar. O machismo vem de muito tempo. Eu venciam com argumento, mas eles sempre queriam colocar voto vencido. Eles queriam o poder, eles ainda tem essa utopia de mandar na mulher (...) Eu passei uma fase extremamente difícil, sempre sozinha. Eu me pergunto, onde elas estão? Porque eu vejo uma capacidade tão grande nas mulheres, mas... não resta a menor dúvida que por causa do machismo é que não tem mulheres. [...] Minha fé está em Deus, não tem pastor, não tem Bispo. Eu questionei sim, mas eu não era atendida. Eu não vou ficar lutando por uma coisa que **que a estrutura não quer**. Por que não tem mulher? Eu vi que isso não retornava, o som saía. Há um entendimento que a mulher tem que andar de cabeça pra baixo e nem olhar para os lados. Eu não concordo com isso. A mulher é um ser humano e foi feita como meeira do homem, lado a lado (...). Quando eu entrei na igreja eu ouvi que a mulher tem que ficar calada, mas aquilo não entrava na minha cabeça, mas eu tive um entendimento de que tudo isso é coisa criada pelo homem e não por Deus. Ele não criaria uma mulher para ser submissa, pisada, **ela é filha Dele**. Tem que haver igualdade e não é a mulher que tem que superar o homem. Eu tive isso em casa. Meu pai não tinha nem escolaridade, mas ele já apoiava minha mãe e eu.

Mara diz que sempre se preocupou com sua identidade feminina nas relações sociais.

Eu determino e dou ordens, mas não me masculinizo porque eles aprenderam a gritar e algumas mulheres aprendem também. A mulher tem que ser feminina porque ela é uma mulher, mas isso não quer dizer que ela precise brincar de boneca, que precise limpar a casa, saber cuidar da roupa, não. Esse papel tem que ser encarado diferente de nossas avós, mas também ela não precisa se sentir melhor só porque ganha mais. Se ela ganha mais, amém. Ela tem que ser respeitada, isso sim.

No espaço da política, Mara conseguiu aprovar alguns projetos voltados para melhoria de condições de vida e garantia de direitos das mulheres. Porém, na igreja não encontrou nenhuma possibilidade de debater a relação entre poder e relações de gênero. Sua adesão às ações afirmativas aconteceu em função de seus princípios ideológicos e, por conta disso, seus conflitos com a IURD aumentaram gerando um afastamento dela das práticas religiosas cotidianas, pois Mara somente vai aos cultos em momentos especiais.

À guisa de conclusão

Por intermédio da análise de uma trajetória feminina, o texto demonstrou que as mulheres são capazes de conquistar e ocupar espaços de poder e criar mecanismos de mobilidade social, aumentando seu campo de possibilidades e adquirindo novos recursos materiais e simbólicos. Tais mecanismos começam a ser desenvolvidos em pequenas e escassas práticas do dia-a-dia, transformando-se com o tempo em novas possibilidades, pois cada mulher age de acordo com o capital social conquistado em sua trajetória social; ou seja, cada uma age da forma como é socialmente.

Ao conhecer história Mara, observa-se que seu desenrolar acontece num campo social no qual o poder é disputado por homens e mulheres, logo, um campo repleto de diversidades, estratégias e práticas de dominação. Mara desiste de lutar pela igualdade de gênero no campo religioso da IURD, mas seu comprometimento com os processos da coletividade e seu trabalho pela superação da desigualdade social continua em outros espaços sociais, como dos movimentos sociais, da política e da advocacia.

Mara entende que os espaços sociais precisam ser construídos e ocupados por diferentes formas e por diferentes sujeitos, mas para isso imprescindível a abertura para o diálogo sobre a desigualdade de gênero.

No entrelaçamento entre as identidades sociais, as mulheres atribuem sentidos e interpretações sobre suas trajetórias e seus itinerários, segundo seus conhecimentos, necessidades e possibilidades sociais. O mundo das mulheres pentecostais também é um mundo socialmente limitado. Suas escolhas culturais são ajustadas de acordo com a estrutura no qual estão inseridas; por conta disso, elas também são censuradas, classificadas e expropriadas de uma *memória coletiva* da qual elas participaram e herdaram elementos que serviram como referências, durante as reorientações de suas trajetórias e identidades.

Referências Bibliográficas

BANDINI, Claudirene. A. *Costurando certo por linhas tortas: um estudo das práticas femininas no interior das convenções sociais*. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

_____. As Igrejas Pentecostais e o Ministério Pastoral Feminino. In: CUNHA, Magali do N. & SANTOS, Suely X.,(Orgas.) *Caladas na igreja: mulheres e igreja nos dias de hoje*. Editeo. São Bernardo do Campo, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia C. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos CERU*, nº 5. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. USP, 1972. pp. 9-41.

JACOB, Cesar Romero. *Religião e território no Brasil:1991/2010* [recurso eletrônico] Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez. Ed. PUC. Rio de Janeiro, 2013. p.8 Disponível em:http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_religiao_e_territorio_no_brasil_1991-2010.pdf

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica dacultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres, prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988. Parte II: Mulheres. p.167-213.

ROSADO NUNES, Maria José F. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu* (16) 2001: p. 79-96. pp.86.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A Mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Ed.Vozes. Petrópolis, 1979.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Serie Estudos e Ensaios*. Ciencias Sociais. FLACSO, junho 2009.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: *Uma Questão de Gênero*. (Orgas) COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina. Rosa dos Tempos. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215

SCHOTT, R. *Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SCOTT, Joan. W. El Gênero: una categoria útil para el análisis histórico. In: *História y Genero: las mujeres en le Europa modern y contemporánea*. Ed. Amely-Nash. Alfonso, Valence.1990.

SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a igreja*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009. p. 53.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, UNB, 1991.

Recebido em: 08/08/2015

Aprovado em: 24/10/2015